
SER Social

POVOS TRADICIONAIS E POLÍTICA SOCIAL
Brasília (DF), v. 27, nº 53, de julho a dezembro de 2023

EDITORIAL

Políticas sociais e direitos para povos e comunidades tradicionais

A Revista SER Social traz, nesta edição inédita, artigos temáticos sobre populações tradicionais e políticas sociais no Brasil. No artigo 3 do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, os povos e as comunidades tradicionais são compreendidos como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Entre a diversidade de povos e comunidades tradicionais do Brasil estão desde os povos originários indígenas até quilombolas ancestrais e um conjunto diverso de comunidades que assim se autorreconhecem e são reconhecidas, tais como: andirobeiras, apanhadores de sempre-vivas, caatingueiros, caiçaras, castanheiras, catadores de mangaba, ciganos, cipozeiros, extrativistas, faxinalenses, fundo e fecho de pasto, geraizeiros, ilhéus, isqueiros, morroquianos, pantaneiros, pescadores artesanais, piaçaveiros, pomeranos, povos de terreiro, quebradeiras de coco babaçu, retireiros, ribeirinhos, seringueiros, vazanteiros e vere-deiros, dentre outros.

Os povos tradicionais em geral se destacam por sua relação com a terra, a fauna e a flora brasileira, cuja profunda identificação com natureza é também baseada em práticas econômicas sustentáveis compatíveis com a preservação do meio ambiente e fundamenta os aspectos culturais, econômicos, religiosos e sociais de suas comunidades. Neste sentido, os povos tradicionais, com os seus movimentos sociais, estão em constante luta pela defesa de seus territórios, de seus direitos sociais e de uma vida pautada pelo respeito à diversidade étnica e cultural, pela preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais e pelo enfrentamento contra as práticas capitalistas hegemônicas. A luta pela terra está no centro das reivindicações dos movimentos sociais de povos tradicionais brasileiros, com destaque para a luta dos povos indígenas, que estão sob a ameaça do capital financeiro, correndo o risco de perder territórios, em razão do debate sobre a proposta inconstitucional para se estabelecer um “marco temporal”.

Este número da Revista SER Social traz artigos originais baseados em pesquisas empíricas e teóricas sobre povos e comunidades tradicionais, suas reivindicações e contribuições epistemológicas no campo dos direitos sociais e das políticas sociais brasileiras. Assim, a presente edição é composta por cinco artigos temáticos. O primeiro artigo, intitulado: “*Resistências de povos e comunidades tradicionais ante o Estado e a colonialidade*”, dos autores Josiane Carine Wedig e João Daniel Dorneles Ramos, discute de que forma o colonialismo opera formas de violência sobre os povos e as comunidades tradicionais. A pesquisa de campo envolveu uma organização que agrega indígenas, quilombolas, faxinalenses, cipozeiros, pescadores artesanais e benzedeiros, com o intuito de compreender suas formas de resistência à colonialidade.

O segundo texto, “*Derramamento de petróleo e responsabilização do Estado: desafios da pesca artesanal em Pernambuco/Brasil*”, das autoras Priscylla Alves Nascimento de Freitas, Rafaella Miranda Machado, Evelyn Siqueira da Silva, Mariana Olívia Santana dos Santos e Idê Gomes Dantas Gurgel, discorre sobre o derramamento de petróleo no litoral do Nordeste brasileiro, trazendo o debate sobre as limitações das políticas de apoio à pesca artesanal no País.

Com base em revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas com representantes das comunidades, o terceiro artigo, denominado: “*Caiçaras e quilombolas da Bocaina: conflitos na implementação de direitos e sustentabilidade*”, dos autores Lenaura Lobato, Rômulo

Paes Sousa, Jeni Vaitsman e Nathalia Duarte, debate os conflitos relacionados ao acesso ao território, aos recursos naturais e aos serviços públicos presentes na região da Bocaina (que compreende partes do Estado do Rio de Janeiro e do Estado de São Paulo). O texto mostra os riscos trazidos aos modos de vida, à sustentabilidade e à preservação da biodiversidade na região, devido aos limites na execução das políticas públicas de proteção e defesa dos territórios das comunidades.

O quarto artigo, intitulado: “*Os profissionais indígenas da área da educação no Norte do Paraná e a carta de anuência*”, dos autores Wagner Roberto do Amaral e Isabela de Barros Vilas Boas, discute, a partir de revisão bibliográfica, levantamento documental e entrevistas, a visão dos profissionais indígenas acerca da carta de anuência, componente dos processos seletivos para seleção, contratação e atuação nas escolas estaduais indígenas no Norte do Paraná. O trabalho analisa o protocolo de forma crítica e debate a garantia do direito dos profissionais indígenas nas escolas, apontando a necessidade de concurso público específico para professores indígenas.

A partir de pesquisa qualitativa em comunidade do sertão alagoano, com uso do diário de campo, observação participante e grupos focais, o quinto artigo, “*O cuidado em saúde e a dança: vivências de jovens mulheres quilombolas*”, dos autores Milena de Siqueira Nolasco, Lillianne Silva e Mayk Andreele do Nascimento, traz uma discussão sobre as estratégias de resistência e os cuidados em saúde de mulheres jovens por meio da dança, diante da insuficiência de políticas de saúde no quilombo. Além disso, aborda uma dimensão de fortalecimento dos movimentos corporais, em grupo, como um modo de viver vinculado à ancestralidade.

Encerrando a seção temática, a edição traz a entrevista, intitulada: “*Povos indígenas brasileiros, direitos sociais e descolonização da Funai*”, realizada pela professora Lucélia Pereira e pelo professor Cristiano Guedes de Souza com a presidenta da Funai, Joenia Wapichana, primeira mulher indígena eleita deputada federal no Brasil e também a primeira indígena a ser presidente da Funai, desde a sua criação, no final da década de 1960. A entrevista apresenta as principais pautas de reivindicações do movimento social indígena e o processo de reconstrução da Funai, para o cumprimento de seu papel institucional. Além disso, alerta para a urgência do Estado brasileiro no sentido de defender direitos, reconstruir políticas e fortalecer as instituições voltadas à preservação dos povos indígenas.

Na seção de temas livres, a Revista SER Social traz cinco artigos. Três deles abordam mais especificamente a política de saúde. São eles: *“Crise do capital e governo Bolsonaro: impactos sobre a saúde pública brasileira”*, *“Racismo e baixa escolaridade: relação com os óbitos da pandemia de Covid-19”* e *“Contradições e potências da Reforma Sanitária: análise crítica do período 1960-2018”*. O quarto artigo analisa a política de trabalho e o fenômeno da precarização profissional, com o título: *“Uberização: das desregulamentações trabalhistas ao aprofundamento da precarização dos entregadores de aplicativos”*. Para finalizar, apresentamos o quinto artigo, intitulado: *“Mulheres presas e mercados de drogas: efeitos da crise global capitalista”*.

Por fim, na última seção da revista, apresentamos a resenha, elaborada por Dalila Maria de Fátima Lisboa, do livro: *“Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas”*, organizado por Selma dos Santos Dealdina. Dando protagonismo às narrativas das mulheres quilombolas, a obra aborda uma diversidade de temas, tais como o direito ao território, a luta e a resistência, a proteção à identidade étnica, o racismo ambiental, as mulheres quilombolas como guardiãs da cultura afro-brasileira, o acesso à universidade e os saberes tradicionais, dentre outros.

Com esta edição, a Revista SER Social espera contribuir para que os leitores desenvolvam reflexões sobre as demandas dos povos e das comunidades tradicionais. Além disso, espera também dar visibilidade à importância de que o Estado assuma o seu compromisso de implementar políticas sociais que protejam os territórios das populações tradicionais, com o devido respeito às suas diversidades e necessidades.

Comissão Editorial

Lucélia Luiz Pereira – Editora
<https://orcid.org/0000-0001-9722-143X>
Camila Potyara Pereira
<https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>
Cristiano Guedes de Souza
<https://orcid.org/0000-0001-6908-2604>
Hayeska Costa Barroso
<https://orcid.org/0000-0002-8280-7187>